



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.
006/2022/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0069.007188/2022-46/SEOSP/RO

OBJETO: Revitalização do Parque do Abobráo, no município de Porto Velho - RO.

Aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três às nove horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela da **Portaria nº 5 de 16 de janeiro de 2023** e **Portaria nº 143 de 13 de novembro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preço em Ata de Reunião de 25.10.2023, disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel, no dia 27.10.2023 e contrarrazões de recurso apresentada tempestivamente pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**.

I – DAS PRELIMINARES

- 1) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, contra o resultado do julgamento das propostas de preços referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 006/2022/CPLO/SUPEL/RO.**
- 2) CONTRARRAZÕES – a empresa B. DE ALCANTARA MOURÃO apresentou tempestivamente suas contrarrazões de recurso.**
- 3) Recurso administrativo com base na [Lei Federal nº 8.666/93](#).**

II – DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso (ID 0043334766) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III – DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** contradita a decisão da Comissão de Licitação, que desclassificou sua proposta de preços em Ata datada dia 25.10.2023, “[...] *por apresentar valor unitário superior ao constante na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública no item 5.1.3.3., contrariando assim o disposto no item 19.2, alínea "c", do Edital, bem como quantitativo superior*

ao constante na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública no item 5.2.2.1., contrariando assim o disposto no item 19.2, alínea "g", do Edital."

Logo no início da peça recursal, a empresa requerente afirma que *"Ocorre, ilustríssima, que mesmo havendo a previsão neste edital, erros meramente formais e de preenchimentos são absolutamente corrigíveis [...]"*.

Segue sua alegação informando que por ter optado a administração pelo tipo de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, o único modo que as propostas submetidas a este certame poderiam ser julgadas seria pelo menor preço global, isto é, apenas avaliar o preço final de forma geral.

Continua argumentando que *"[...] se o administrador selecionou o julgamento da proposta sendo o de "menor preço global", a avaliação dos itens de forma unificada não encontra qualquer respaldo legal [...]"* e, ainda, *"[...] não há se falar de preclusão por não impugnar a regra não prevista na lei, mas somente no edital, no prazo da impugnação deste, vez que se trata de matéria de ordem pública e cria uma nova condição desclassificava para a avaliação da proposta."*

Por fim, pondera que foi elencado pela administração mais um requisito para análise das propostas sem nenhum estudo prévio ou que se explique objetivamente sua obrigatoriedade.

Nesse contexto, a empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** requer seja acolhido o recurso interposto, e que a Comissão de Licitação reforme a decisão anteriormente proferida em Ata, classificando a proposta comercial apresentada pela mesma.

IV – DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZÃO

A empresa recorrida **B. DE ALCANTARA MOURÃO** por sua vez, informa que "O edital forma lei entre as partes, imputando aos participantes do processo licitatório a cumprirem à risca as normas ali impostas. A vinculação do edital está prevista no o art. 41, §2º, da Lei 8.666/93 [...]".

Continua argumentando que *"Ao adentrar à análise específica do caso em tela, é imprescindível ressaltar que o item em questão já motivou a desclassificação de diversas empresas, incluindo a recorrida, em certames anteriores tais como a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO e CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2023/CPLO/SUPEL/RO [...]"*. Portanto, segundo a empresa recorrida, a decisão da Comissão no caso em tela se encontra consolidada.

E ainda que tais exigências, relativas à apresentação da proposta, são primordiais para garantir a transparência, isonomia e a execução do contrato.

Sendo assim, reitera a consistência da decisão da Comissão de Licitação proferida em Ata do dia 25.10.2023 e requer:

- a) A rejeição de todos os pedidos do recurso, mantendo-se a desclassificação da Recorrente;
- b) A manutenção da classificação da Recorrida, uma vez que atendeu a todas as exigências do instrumento convocatório.
- c) Caso provido o recurso, sejam apresentados os motivos autorizadores para aceitação posterior dos documentos apresentados pela Recorrente, em observância aos princípios da Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Contraditório e da Ampla Defesa.

V – DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso administrativo interposto, a Comissão de Licitação, com base no [§ 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93](#), **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 25.10.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no [art. 41, "caput"](#), vinculado as condições do edital.

Ao reexaminar a proposta de preços apresentada pela empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** constata essa Comissão de Licitação que desclassificou a mesma acertadamente, baseada nas regras constates no Edital, que por sua vez é elaborado de acordo com a [Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de](#)

[1993](#) e suas alterações, [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações [Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011](#), e principalmente, pautado no Projeto Básico. Ressaltando, ainda, que os Editais elaborados pela CPLO são encaminhados antes da abertura inicial, através do sistema SIGAP para conhecimento e aprovação do Tribunal de Contas do Estado (ID 0039602604).

A requerente **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** ao alegar que o critério de julgamento proferido pela Comissão de Obras, conforme a regra inserida no edital item 19.2, alínea "c" e item 19.2, alínea "g", foi elaborada "[...] sem nenhum estudo, elencou mais um requisito objetivo para a avaliação das propostas, além dos legais, sem nenhum estudo prévio ou que se explique o objetivo de sua obrigatoriedade", NÃO PROCEDE, pautado no que segue:

"19.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

[...]

c) Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse R\$ 3.417.027,67 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil, vinte e sete reais e sessenta e sete centavos). Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo II.

[...]

g) As que apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública."

Por essa razão, é que a doutrina diz que o Edital é lei interna da licitação ([art. 41 da Lei 8.666/93](#)). Em outras palavras, pode-se dizer que nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório. Como bem destaca Fernanda Marinela que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação. Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. É por isso que a doutrina postula que o edital é lei interna da licitação, dada a sua estrita associação com ela, conforme previsto no [art. 41 da lei](#).

Salienta-se o Art. 3º da Lei 8.666/93:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nas licitações cujo julgamento se dá pelo menor valor global, é indispensável a análise dos valores unitários. Eventual exceção poderia ser aventada nos casos de obras e serviços de engenharia contratados sob o regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a exemplo do que foi disciplinado no âmbito da Administração Pública federal pelo [Decreto nº 7.983/2013](#). Isso porque, os preços unitários representam os custos que compõem o valor global e, nessa medida, são indicativos quanto à regularidade do preço final proposto.

O **Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União** já se inclinaram sobre a necessidade de avaliar os preços unitários nas licitações cujo critério de julgamento baseia-se no menor valor global, sendo que tal análise é reforçada em licitação cujo objeto será executado, medido e pago segundo as quantidades especificamente prestadas. Uma das razões que permeia essa orientação é evitar os riscos envolvidos na contratação de propostas formuladas sob a estratégia do jogo de planilha ou jogo de cronograma.

O [art. 40, X, da Lei 8.666/93](#) assevera ser obrigatório indicar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global. A respeito desse assunto, o Tribunal de Contas da União (TCU) editou a [Súmula no 259](#) com o seguinte teor: *"Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e globais, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor"*.

O STJ já decidiu pela legalidade do procedimento que desclassificou licitante que descumpriu exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário (REsp nº 651.395/SC).

Por fim, quanto aos argumentos contidos nas contrarrazões apresentadas pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, muito bem exalta a participação e desclassificação da mesma em licitações conduzidas pela CPLO por circunstâncias semelhantes. Isso comprova que o julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes não deve ter um peso e duas medidas, é a observância ao princípio da isonomia, garantindo que todos os interessados possam competir entre si com iguais possibilidades.

VI – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação julga improcedente o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, e acata as alegações contidas nas contrarrazões, mantendo a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 25.10.2023 com base na [Lei Federal nº 8.666/93](#). Portanto o resultado do julgamento da classificação das propostas de preços do certame em tela mantem-se **DESCCLASSIFICADA** a empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** e **CLASSIFICADAS** as empresas conforme quadro abaixo descrito:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL (R\$)
1º	B. DE ALCANTARA MOURÃO	3.000.206,52
2º	H. T. SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	3.056.403,77
3º	CK. ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	3.248.797,76
4º	ENGERO CONSTRUÇÕES & TERRAPLANAGENS EIRELI	3.348.481,83
5º	TERRA FORTE EIRELI	3.413.027,47

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pelo Presidente Substituto e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três às nove horas e cinquenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Presidente Substituto

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Presidente**, em 22/11/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 22/11/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 22/11/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043651944** e o código CRC **A56FD404**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0069.007188/2022-46

SEI nº 0043651944